

Deputado afirma que pacote representa o enterro do 'milagre'

Da sucursal de
BRASÍLIA

Em discurso proferido ontem na Câmara, o líder do PMDB, Freitas Nobre (SP), afirmou que, com o novo, "pacote" assistia-se "ao enterro do milagre econômico", e apelou para a reflexão do presidente da República, a fim de tornar o "pacote" — na sua expressão — "mais leve".

Em resposta, porém, o líder do governo, Nelson Marchezan (RS) foi à tribuna e anunciou as medidas que acabavam de ser tomadas, dizendo não serem "agradáveis, mas necessárias". E criticou o líder oposicionista por expressar "uma dor que é só de tribuna, porque não ofereceu nenhuma sugestão, nenhuma medida que pudesse resolver o problema econômico".

Antes, porém, Marchezan conseguiu fazer com que praticamente todo o plenário, inclusive a sua própria bancada, se desligasse do seu discurso porque passou a citar vários dados estatísticos para demonstrar que, ao contrário do que Freitas Nobre afirmara, não houve "inchaço", pois o País "desenvolveu-se muito nos últimos 19 anos".

Freitas Nobre disse que o governo não poderia culpar a crise do petróleo pelo que aconteceu à economia brasileira. A situação chegou a este ponto, a seu ver, devido a erros na política de investimentos. Em vez de aplicar vultosos recursos num programa de nove usinas nucleares — "quando o País só precisava de uma" —, em Itaipu, na Ferrovia do Aço e outras obras grandiosas, o governo, no seu entender, deveria ter fornecido recursos à pequena e à média empresas, e incentivado as atividades produtivas.

A certa altura, afirmou que o problema não é só o "pacote", mas a confiabilidade do governo. Um governo, disse, que fala uma coisa hoje e faz outra amanhã não consegue impor-se à Nação. Esse "pacote da insensatez", acrescentou, só vai agravar a crise e dificultar a execução do próprio acordo com o FMI.

"O governo utiliza-se do senador Roberto Campos (PDS-MT), que tirou de Londres para impor ao eleitorado de Mato Grosso, para apresentar projetos de lei que ele próprio, devido ao acordo firmado com o PTB, não pode encaminhar ao Congresso Nacional", acrescentou Freitas Nobre.

Insinuou, assim, que as proposições anunciadas pelo senador mato-grossense estariam destinadas, na verdade, a complementar o "pacote" econômico do governo.

Outros dois deputados do PMDB também se referiram na sessão de ontem ao discurso de Roberto Campos: Cássio Gonçalves (MG), para assinalar que era uma peça que deveria merecer exame mais aprofundado do seu partido, e José Fogaça (RS), para criticar todo o pronunciamento, pois não se deixou impressionar "pelo brilho oculto das palavras do senador".

SARNEY

"Vejo as medidas conforme o presidente João Figueiredo colocou o problema: elas podem parecer amargas, não eram desejadas, se pudessem ser evitadas, teriam sido. São, todavia, necessárias, diante da conjuntura econômica." Este foi o comentário feito pelo presidente do PDS, senador José Sarney, a propósito do novo "pacote". "Elas têm o objetivo de combater a inflação e evitar que o desemprego possa alcançar cada vez mais novas áreas trabalhistas", prosseguiu.

Sarney afirmou que o governo "deu tratamento político às medidas que não poderiam ser mais drásticas para não infligir maiores sofrimentos ao povo. Não podíamos frear a inflação e aprofundar a recessão".

Sarney e os líderes do governo, senador Aloísio Chaves e o deputado Nelson Marchezan, elogiaram o atendimento de reivindicações do Nordeste no tocante à manutenção das taxas vigentes de juros agrícolas, bem como a renegociação de dívidas enquanto perdurar a seca.

"Não sou especialista em pacotes", foi a resposta que o presidente da Câmara, Flávio Marclio, deu aos jornalistas que o procuraram para ouvi-lo sobre a decisão do governo.

PREÇOS

No Senado, o oposicionista Álvaro Dias (PMDB-PR) foi o único parlamentar a se manifestar sobre o "pacote" de medidas econômicas anunciado ontem pelo governo. No entender do representante paranaense, a consequência imediata do "pacote" será uma disparada dos preços, por conta da retirada dos subsídios, do aumento da exação fiscal e de seu repasse aos preços e das repercussões não controláveis da reação dos vendedores ao próprio "pacote".

Segundo Álvaro Dias, "não basta segurar os ministros da área econômica ou aumentar o número de membros das reuniões palacianas. Daí só podem sair decisões em *petit comité*, que, para ele, não consultam aos reais interesses do País". Ele acha que o Congresso seria o foro mais apropriado para tais debates e decisões.



Foto Sérgio Borges - Telefoto Estado

Para Marchezan, dor de Freitas Nobre "é só de tribuna"